

## O GIRO NEOPRAGMATISTA\*<sup>1</sup>

David. L. Hildebrand

Há um consenso geral de que o renascimento do pragmatismo no século XX produziu duas versões prontamente identificáveis. Uma é usualmente chamada pragmatismo “clássico” (ou simplesmente “pragmatismo”), e a outra “neopragmatismo” (a qual chamarei “pragmatismo linguístico”). Esta mais nova forma de pragmatismo pode ser avaliada pela resposta a três questões:

1. Como o pragmatismo linguístico “atualiza” o pragmatismo clássico?
2. Por que o pragmatismo linguístico rejeita a “experiência” como uma noção filosófica útil?
3. Por que o pragmatismo linguístico está equivocado sobre a “experiência”? Isto é, por que a experiência é indispensável ao pragmatismo?

Minha alegação é a de que a experiência é metodologicamente inseparável do pragmatismo, e de que o pragmatismo linguístico pode negligenciar ou extirpar a experiência apenas às custas de tornar o pragmatismo abertamente teórico, isolado da ação prática. Assim, o pragmatismo linguístico revisaria o pragmatismo pela supressão de várias características que explicam o renovado e difundido entusiasmo por ele.

### O pragmatismo linguístico

O desenvolvimento do pragmatismo linguístico pode ser atribuído principalmente, se não inteiramente, a Richard Rorty. Em 1995, Rorty escreveu:

Eu linguisticizo tantos filósofos pré-giro-linguístico quanto posso, a fim de lê-los como profetas da utopia na qual todos os problemas metafísicos terão sido dissolvidos, e a religião e a ciência terão cedido seu lugar à poesia<sup>2</sup>.

Para muitos de fora da comunidade filosófica americana, o pragmatismo rortiano tornou-se virtualmente sinônimo do próprio pragmatismo. Dado este fato e os limites deste artigo, deverei tratar a formulação do pragmatismo linguístico de Rorty mais como um tipo do que como um caso.

---

\* Tradução de Filipe Milagres Boechat, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço para correspondência: Estrada da Boiuna, 519, casa 22. Taquara/Jacarepaguá. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22723-021. Tel.: (21) 9488-2003. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8473520379317311> Email: [filipeboechat@gmail.com](mailto:filipeboechat@gmail.com).

O pragmatismo linguístico revisa o pragmatismo em três movimentos básicos. Primeiro, aplaude-se pragmatistas tais como James e Dewey por repudiarem uma gama de métodos e objetivos da filosofia tradicional. Segundo, renuncia-se às suas tentativas de reconstruir o que não deveria ser reconstruído. Por fim, aceita-se que apenas a linguagem é capaz de fornecer o material da filosofia. Este passo completo, pode-se criar livremente, mesmo poeticamente, para servir ao fim que convier.

Menos do que repetir as bem conhecidas críticas do pragmatismo à tradição, permitam-nos seguir adiante a fim de que consideremos as renúncias do pragmatismo linguístico. O pragmatismo fez mal, assim se conta, ao reconstruir ideias tradicionais tais como "experiência", "realidade" e "pesquisa" — os antiquíssimos projetos filosóficos que ele buscava desmascarar. Tivessem os pragmatistas abandonado tais projetos estéreis, eles poderiam ter criado argumentos mais persuasivos e duradouros contra a tradição. A fixação de Rorty neste problema está em dividir Dewey em uma boa e uma má metade. O bom Dewey foi *crítico*: da evidência, do fundacionismo e dos defensores dos dualismos. O Dewey mau foi o Dewey reincidente, misturando explicações metafísicas positivas de "pesquisa", "situação" e, talvez pior do que tudo, de "experiência". Rorty escreve:

[Dewey] nunca escapou da noção de que o que ele próprio disse sobre a experiência descrevia o que a experiência parecia ser propriamente, enquanto que outros diziam que experiência era uma confusão entre os dados e os produtos de suas análises. [...] Porém uma explicação não-dualista da experiência, do tipo que o próprio Dewey propôs, era um verdadeiro retorno a *die Sache selbst* <sup>3</sup>.

Defendo Dewey dessa acusação na seção seguinte. O que é importante para o pragmatismo linguístico é a afirmação de que esses movimentos essencializantes (típico de muitos pragmatistas clássicos) podem ser evitados pela utilização do "giro linguístico". Rorty escreve:

A filosofia analítica, graças a sua concentração na linguagem, foi capaz de defender certas teses cruciais do pragmatismo melhor do que James e Dewey. [...] Focalizando nossa atenção na relação entre a linguagem e o resto do mundo menos do que entre a experiência e a natureza, a filosofia analítica pós-positivista foi capaz de romper mais radicalmente com a tradição filosófica <sup>4</sup>.

Assim, a solução de Rorty ao problema da incomensurabilidade dos vocabulários filosóficos é a adoção de um vocabulário linguístico (servindo, assume-se, como uma *lingua franca* metafilosófica). De alguma maneira, este vocabulário deveria estar desprovido, por sua própria conta, de qualquer bagagem metafísica. Rorty escreve:

"Linguagem" é uma noção muito mais conveniente do que "experiência" para as coisas holísticas e antifundacionais que James e Dewey quiseram dizer. Isto porque a

maleabilidade da linguagem é uma noção menos paradoxal do que a maleabilidade da natureza ou dos "objetos". Tomando o [...] "giro linguístico" e enfatizando que nenhuma linguagem é mais intrinsecamente relacionada à natureza do que qualquer outra, filósofos analíticos como Goodman e Putnam têm sido capazes de tornar os argumentos antirealistas comuns a Dewey e [T. H.] Green mais plausíveis do que o fizeram ambos <sup>5</sup>.

O pragmatismo linguístico, portanto, evita termos filosóficos que se referem a entidades ou efeitos não-linguísticos. Ao invés disso, este se pergunta como podemos "reter crenças" usando novos e melhores "vocabulários". Por exemplo:

Toda conversa sobre fazer coisas com objetos necessita, em uma consideração pragmatista da pesquisa "sobre" objetos, ser parafraseável em termos de reter crenças. Nada além de eficiência será perdido em tal tradução... <sup>6</sup>

Esta interpolação por um vocabulário linguístico simplificaria as coisas ao insistir que os referentes sejam expressos no mesmo vocabulário. A efetividade da linguagem é medida com *mais linguagem* – e não pela divisão do mundo em “coisas” e “contextos”, ou em “blocos maciços e textos frouxos” <sup>7</sup> “Retecer uma rede de crenças”, diz Rorty, “é... tudo que podemos fazer.” <sup>8</sup>

Tivesse Dewey realizado o giro linguístico, sustenta Rorty, ele poderia ter evitado buscas infrutíferas por diferenças topológicas entre pesquisas e abster-se de tentar descrever algum método “melhor”. Ele teria percebido que o progresso científico resulta não de um “método” aprimorado (ela própria, uma noção duvidosa), mas do “desenvolvimento de vocabulários particulares.” <sup>9</sup>

### **O custo do pragmatismo linguístico**

O pragmatismo linguístico tem claramente um charme. Ele promete retirar a filosofia de uma situação extremamente difícil, facilitar a comunicação e dissolver velhos enigmas. Promete, além disso, adequação a uma nova experiência — uma vez que tudo é caracterizado através da linguagem, a linguagem deve ser adequada à experiência. Antes de defender a experiência como uma parte ineliminável do pragmatismo, deixe-me concluir esta exposição do pragmatismo linguístico indicando o que eu considero suas principais deficiências.

Em primeiro lugar, existe o movimento de um (compreensível) ceticismo em relação a encontrar um solo último de garantia ao postulado dúbio de que a linguagem é ubíqua. Em *Consequences of Pragmatism*, Rorty interpreta que Derrida, Wilfrid Sellars, Gadamer, Foucault e Heidegger concordam todos

que as tentativas de se chegar por detrás da linguagem a algo que a “sustenta”, ou que nela se “expressa”, ou com o qual se poderia esperar estar “adequada”, falharam todas <sup>10</sup>.

Todavia, Rorty faz, logo em seguida, a seguinte afirmação:

A ubiquidade da linguagem diz respeito à linguagem mover-se em direção às lacunas deixadas pela falha de todos os vários candidatos à posição de “pontos de partida naturais do pensamento, pontos de partida que são anteriores a e independentes da maneira como uma cultura fala ou falou”<sup>11</sup>.

Num salto apressado, Rorty move-se da observação empírica de que ninguém chegou a um ponto objetivo para comparações entre a linguagem e o mundo à afirmação metafísica de que a linguagem é ubíqua – isto é, que “contexto é tudo o que temos” e “só se pode pesquisar coisas após uma descrição”<sup>12</sup>. Esta inferência não é segura. Como observou Hilary Putnam, se Rorty está certo ao dizer que comparar a linguagem e o pensamento com a realidade é um projeto ininteligível, é *igualmente* ininteligível afirmar que é *impossível* fazê-lo. No entanto, Rorty faz precisamente isso. Segundo Putnam, “Rorty permanece cego para a maneira pela qual sua objeção do realismo metafísico partilha da mesma ininteligibilidade”<sup>13</sup>.

Se a comparação é “ininteligível”, eis aí uma questão difícil. De grande importância para o pragmatismo é o fato de que o ponto de partida do pragmatismo linguístico de Rorty é teórico e não prático. Por “teórico” eu compreendo isto: todas as declarações de Rorty — de que (1) a linguagem é *ubíqua*, de que (2) *tudo* é contexto, (3) de que *nada* extra-linguístico pode ser mencionado em argumentos filosóficos — falham por decorrerem de generalizações empíricas da experiência. Ao invés disso, sua plausibilidade reside em sua *presunção, em lugar da investigação*. Rorty corretamente chama de “falhas” os pontos de partida tradicionais, porém sua visão de que a linguagem pode agora mover-se “em direção às falhas” revela sua aceitação tácita de uma abordagem teórica tradicional. Do meu ponto de vista, a adoção de tal abordagem, em lugar de uma abordagem experimental e prática, é o erro fundamental do pragmatismo linguístico [14]. E tudo isso começa com a extirpação da experiência do pragmatismo deweyano.

### **Por que o pragmatismo linguístico rejeita a “experiência”**

Antes de defender a reconstrução da experiência de Dewey, é importante lembrar duas razões pelas quais ela foi rejeitada pelos pragmatistas linguísticos e outros. Alguns, dadas suas muito distintas visões de mundo, acharam-na incompreensível; outros a compreenderam mal, tomando-a como uma noção metafísica tradicional que autorizaria uma descrição absoluta da realidade. Rorty sustenta a última perspectiva, argumentando que a experiência era a maneira teórica de Dewey de dissolver dualismos filosóficos insolúveis. Rorty escreve que, para Dewey,

deve haver um ponto de vista a partir do qual a experiência possa ser vista [...] o qual [...] tornará impossível para nós descrevê-la nessas formas equivocadas que geram os dualismos sujeito-objeto e mente-matéria [...] Este ponto de vista assemelhar-se-ia à metafísica tradicional, provendo uma *matriz neutra permanente* para a pesquisa futura. [...] [dizendo] “eis aqui o que a experiência realmente é, antes da análise dualista tê-la feito parecer funcionar”<sup>15</sup>.

Na leitura cética de Rorty, a experiência era um substituto para a desacreditada noção de substância, e Dewey “deveria ter abandonado o termo *experiência* antes do que redefini-lo [procurando] noutra lugar a continuidade entre nós e os brutos”<sup>16</sup>. Rorty acredita que não o haver abandonado foi infeliz, afastando seu esforço do aspecto fundamental capturado por suas críticas à tradição. Tomar o desvio linguístico teria ajudado Dewey a abster-se de ancorar a justificação na experiência e permitido que ele reconhecesse que, como afirma Rorty, “nós podemos eliminar problemas epistemológicos eliminando a pressuposição de que a justificação precisa repousar em algo distinto das práticas sociais e necessidades humanas”<sup>17</sup>. Os pragmatistas deveriam, além disso, ver que tudo o que as pesquisas precisam é “a realização de uma mistura apropriada de acordo não-forçado com desacordo tolerante”<sup>18</sup>. Em suma, os pragmatistas deveriam substituir Objetividade por Solidariedade.

### **Por que a “experiência” é indispensável ao Pragmatismo**

Tendo discutido os métodos do pragmatismo, devo agora defender a experiência como parte essencial do pragmatismo. Os escritos de Dewey sobre a experiência eram extensos e revolucionários. Ele conduziu os filósofos ao reconhecimento da dimensão somática (ou não-discursiva) da experiência<sup>19</sup>; expandiu a estética e a ética, dirigindo a discussão para longe de valores estáticos em direção à função processual de valoração. No que concerne ao tópico de hoje, o pragmatismo linguístico, a experiência é crucial em razão de sua relação com o método filosófico.

Uma defesa da experiência pode começar por notar que ela é fenomenologicamente mais valiosa. O significado visado é bem ordinário. Rorty *adianta* que a “experiência” não é visada como “uma matriz neutra e permanente para a pesquisa futura”, nem como outro intermediário teórico qualquer entre a aparência e a realidade. A experiência deve ser tomada como sinônimo de coisas e eventos ordinários. Dewey escreve que

O homem comum certamente não considera barulhos ouvidos, luzes vistas etc., como existências mentais; mas não as vê também como coisas conhecidas. Que elas sejam apenas coisas é o bastante para ele. [...] Sua atitude para com estas coisas *como* coisas envolve *não* estar em relação com uma mente ou um conhecedor. (MW 6: 108)<sup>20</sup>

Para atualizar este ponto, substitua “linguístico” por “mental”. O homem médio não ouve barulhos, luzes ou carros como “fragmentos de linguagem” ou “movimentos num jogo de linguagem”. Tidas, são *como* são experienciadas. Como disse R.W. Sleeper, “não é a experiência que é experienciada, mas coisas e eventos, e o contexto circundante com o qual podemos ‘lidar’... por meio da pesquisa *transacional*” [21]. A “experiência” é radicalmente empírica ao não ser de maneira nenhuma radical. Isso aponta para o que Ortega y Gasset chamou “minha vida”: um contínuo de coisas, eventos, relações e transações. Minha vida são tidos, feitos, ditos e conhecidos, e enquanto posso me referir à minha vida (como na melancólica ruminância “*Essa é minha vida...*”) não posso permanecer por detrás ou sobre ela enquanto o faço. A reconição deste *continuum* constitui outra maneira pela qual a experiência é o mais próximo: nisto que ela tacitamente recomenda um método que nem oferece nem autoriza explicações grosseiras que permanentemente abstraem os conceitos de seus contextos práticos — p.e., “cor” em “vibrações”, “dor” em “estados mentais” ou “falar sobre objetos” em “falar sobre crenças.” Como método, a experiência desvia as energias filosóficas de definições especulativas em direção a uma *denotação* engajada e conscienciosa do que é concretamente presente.

O valor [...] da noção de experiência para a filosofia é que ela *afirma* a finalidade e a compreensibilidade do método de apontar, encontrar, mostrar e a necessidade de ver o que é apontado e aceitar o que é encontrado de boa fé e sem desprezo. (LW 1: 372)

O que Dewey encontra, de fato, “de boa fé e sem desprezo” é que o experienciar ocorre de maneira tanto “tida” (ou “sofrida”) e “conhecida.”

[N]o processo de viver, tanto a absorção numa situação presente e a resposta que levam em conta seus efeitos sobre [...] experiências posteriores são igualmente necessárias para a manutenção da vida. [...] [S]ituações são imediatas em suas ocorrências diretas, e, além disso, mediam e são mediadas num contínuo temporal que constitui a experiência da vida. (LW: 14.30)

Agora, essas duas ideias cruciais — de que a filosofia deveria começar pela denotação antes do que pela suposição teórica e que a observação indica uma diferença genérica entre experiências reflexiva e não-reflexivas — são ambas anatemáticas para o pragmatismo linguístico. Ambas, no entanto, têm sido amplamente mal-compreendidas.

Alguns vêem a ênfase de Dewey sobre o começo denotativo como simplista — Como pode a realidade simplesmente ser apontada? Dewey elaborou que a denotação “não é tão simples e direto como apontar um dedo — ou bater numa mesa”, mas é, antes, “ter tais ideias como apontar e guiar-se pelo uso como métodos para alguma situação diretamente experienciada.” (LW 3: 82-83)

A segunda objeção, mais tenaz (tanto para pragmatistas realistas quanto pragmatistas linguísticos) é a de que “experiência” é uma noção fundacionista. Essa má compreensão decorre da convicção de que qualquer tentativa de descrever “ter” ou não experiências discursivas requer um ponto de partida privilegiado (i.e., extra-experiencial). Mas tal ponto de partida violaria o naturalismo de Dewey, levando ao que Douglas Browning chama “o paradoxo fenomenológico”. Browning escreve:

[C]omo pode [Dewey] descrever adequadamente nossas experiências imediatamente vividas e pré-reflexivas sem admitir uma postura para examiná-las que, sendo reflexiva e retrospectiva, não pode contribuir para isso, mas, antes, desvelá-las, não como foram experienciadas na intimidade de nossa vivência delas, mas como “objetos” que vemos externamente? <sup>22</sup>

Sendo ela própria um ato (linguístico) reflexivo, a descrição necessita colorir todo assunto pré-reflexivo que ela descreva. Uma vez que a filosofia — aí incluído o pragmatismo — comenta apenas por meio de símbolos reflexivos, ela não pode iluminar este nível da experiência (se isso pode mesmo ser mostrado existir). Na medida em que Dewey assim o fez, ele agiu de má-fé. Essa acusação atinge o núcleo do pragmatismo de Dewey e deve ser o ponto mais importante a esclarecer e defender.

Essa defesa poderia começar pela citação de uma lição de “The Postulate of Immediate Empiricism.” Lá, Dewey argumenta que a realidade da coisa não é unicamente uma questão de ser aquilo que está para ser conhecido; outros modos de experienciação são tão importantes quanto na constituição da realidade. (A repulsa, enquanto uma experiência que resiste à caracterização precisa, é tão real quanto a teoria dos direitos.) No momento em que os críticos reconhecem o ponto de Dewey (a igual realidade de modos não-rationais de experienciar), eles devem então admitir que Dewey não precisa escolher entre oferecer *tanto* uma anatomia precisa e final do não-discursivo *ou* nenhuma de todo. A caracterização de tais experiências pode proceder empiricamente: observe, proponha, teste e revise. É dado, assim crê Dewey, que nós nunca definimos exhaustivamente as experiências primárias — suas completudes passam com seus momentos — mas podemos nos aproximar delas, conscientes do fato de que aproximações permanecem ou decaem baseado em sua instrumentalidade para uma pesquisa particular.

O principal ponto é que mesmo a pesquisa metafísica pode ser feita pragmaticamente, ou seja, sem premissas axiomáticas. Dewey, lembra-nos Sleeper, “estava tentando trabalhar fora de uma metafísica de *existência* sobre a base do sucesso de uma pesquisa já em prática”<sup>23</sup>. Todas as pesquisas começam *in media res*: a metafísica pragmatista pode servir como um guia “apenas *após* o

terreno ter sido explorado, e somente após ter feito [o guia] poder servir [...] a futuras explorações”

24

Se esta conexão entre pesquisa e metafísica é levada a sério, torna-se claro que a experiência não é a pedra de toque para algum fundacionismo secreto da metafísica de Dewey. Isso não é o que Wilfrid Sellars chamou de “episódio de auto-autenticação não-verbal” (i.e., mais um candidato à certeza). Antes, para Dewey, a garantia epistemológica não *reside* ou *repousa sobre* a experiência: ela *decorre de* e *remete à* verificação experimental. Além disso, uma proposição está garantida se ela “concorda” com seu problema, mas os pragmatistas linguísticos devem lembrar que isto é garantia-pela-ação e não garantia-pelo-discurso-intersubjetivo. O “acordo”, escreve Dewey, “é acordo *em atividades*, e não a aceitação intelectual do mesmo conjunto de proposições. [...] Uma proposição não ganha validade em razão do número de pessoas que a aceitam” (LW 12: 484, ênfase minha). Enquanto Dewey não estabelece uma distinção categórica entre linguagem e ação (a linguagem é claramente uma espécie de ação para Dewey), ele deixa pouco espaço para a noção restrita dos pragmatistas linguísticos de garantia-como-um-acordo-intersubjetivo-no-interior-de-uma-coletividade. Normas de garantia são moldadas por circunstâncias culturais e históricas, situações experienciadas são sua última medida, e tais situações sempre extrapolam as fórmulas presentes.

Estes argumentos não convencerão os pragmatistas linguísticos a endossar a experiência, a menos que façam um deslocamento fundamental, metodológico: eles precisam adotar um ponto de vista prático. A contemplação da posição de Dewey não é suficiente — ele precisam ser *convidados* a tentar experimentá-lo e ver como ele *se sai*. “Todo conhecimento intelectual”, escreve Dewey, “é, antes, um método para conduzir um experimento, e [...] argumentos e objeções são, antes, estímulos para induzir alguém a tentar um determinado experimento — isto é, recorrer a *um problema não-lógico e não intelectual*”. (MW 10: 325 n.1, ênfase minha.) O fato de que a experiências dá-se de várias maneiras — estética, moral, discursiva, não-discursiva — não é nem antinatural, nem exclusivamente o produto da prática linguística. Mas porque hábitos de descrição e caracterização estão tão profundamente arraigados, o pragmatismo linguístico irrita-se com a ideia de que a linguagem está constrangida por um mundo de descrição desafiador, e talvez até duvide desse mundo. Deste predicamento — a incomunicabilidade do não-linguístico —, Dewey afirma que

*é inerente, de acordo com o empiricismo genuíno, na relação derivada do discurso com a experiência primária. Qualquer um que recuse ir além do universo do discurso [...] priva a si mesmo da compreensão do que seja uma “situação”, tal como questão diretamente experienciada. (LW: 14.30-31)*

Se o pragmatismo linguístico adota tal ponto de partida, ele começará a evitar a arena prática onde os termos devem finalmente boiar ou afundar. Evitar esta verificação é contra-pragmático porque bloqueia a via da pesquisa.

### **Conclusão: experienciando uma redireção para o método filosófico**

A vida, tal como a vivemos, encontra-se amplamente fora de nosso controle. Ela nos impõe o bom, o mau, o belo e o feio. Uma vez que temos significativamente maior controle sobre teorias do que sobre a experiência, nós desenvolvemos uma propensão a utilizá-las para ilustrar nossos desejos. Contra isso, a experiência compromete o pragmatismo com uma falibilidade radical; desafia abordagens totalizantes que declaram que “tudo é contexto” ou “*toda* experiência é um caso linguístico” ou “tecer uma teia de crenças é [...] tudo o que se pode fazer.” Isso não proíbe nem o realismo nem a legitimação, mas insiste que ambos devem ser defendidos, como coloca Joseph Margolis, “*em* um espírito relativista, histórico e anti-universalista” [25]. Se alguém se inscreve para o ideal do filósofo-como-mosca, segue-se que só pode cumprir essa obrigação se *não* se está emaranhado em intermináveis disputas escolásticas. Uma mosca deve ser livre para seguir o cavalo. A experiência como método encoraja este ideal com a recorrente admoestação para tratar de questões políticas e sociais, ajudando a garantir que “o lugar de trabalho, os problemas e os assuntos particulares da filosofia cresçam dos estresses e tensões na vida da comunidade [...] e que [...] seus problemas específicos variem de acordo com as mudanças na vida humana que estão sempre acontecendo e que às vezes constituem uma crise e um ponto de inflexão na história humana”. (MW: 12,256).

### **NOTAS**

1. Este artigo é uma versão resumida e revisada de “Avoiding Wrong Turns: A Philippic Against The Linguistification of Pragmatism”, apresentado na conferência “John Dewey: Modernism, Postmodernism and Beyond”, no Behavioral Research Council (Great Barrington, MA, July, 2001) e está baseado em *Dewey, Pragmatism, and Economic Methodology*, editado por Elias L. Khalil (New York: Fordham University Press, 2003).

2. Richard Rorty, “Response to Hartshorne.” In: *Rorty and Pragmatism: The Philosopher Responds to His Critics*, editado por Herman J. Saatkamp (Nashville: Vanderbilt University Press, 1995), 35.

3. *Consequences of Pragmatism: Essays: 1972-1980*. (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982), 79-80.

4. Rorty, “Comments on Sleeper and Edel,” *Transactions of the Charles S. Peirce Society* 21, no. 1 (Winter 1985): 40.

5. “Comments on Sleeper and Edel,” 40. Apesar, porém, da dubiedade de Rorty a respeito do conceito de “experiência”, ele está disposto ainda assim a atribuir à linguagem a tarefa de enriquecê-la. Em “Response to Hartshorne”, Rorty afirma que Hartshorne define uma verdade necessária como aquela “com a qual qualquer experiência concebível é ao menos compatível”. Minha objeção é que nós ainda não temos qualquer ideia do que é ou do que não é

uma experiência concebível. *Porque penso no enriquecimento da linguagem como o único meio para enriquecer a experiência, e porque penso que a linguagem não tem limites transcendentais, penso a experiência como potencial e infinitamente enriquecível.* (“Response to Hartshorne” em Rorty and Pragmatism, 36, ênfase minha.)

6. Rorty, Objectivity, Relativism, and Truth, (Cambridge: Cambridge University Press, 1991), 98.

7. Objectivity, Relativism, and Truth, 98.

8. Objectivity, Relativism, and Truth, 101.

9. “Comments on Sleeper and Edel,” 41.

10. Consequences of Pragmatism, xx.

11. Consequences of Pragmatism, xx.

12. Objectivity, Relativism, and Truth, 99-100. A alegação de que a linguagem captura adequadamente a experiência é compartilhada por outro, como Wilfrid Sellars (“toda consciência é um assunto linguístico”) e Hans-Georg Gadamer (que enfatiza “a essencial linguisticidade de toda experiência humana do mundo”), e Jaques Derrida (não pode haver um “hors-texte”, “uma realidade [...] cujo conteúdo pudesse tomar lugar, pudesse ter tomado lugar fora da linguagem.”) Ver Sellars, *Science, Perception, and Reality* (London: Routledge and Kegan Paul, 1963), 60; Gadamer, *Philosophical Hermeneutics* (Berkeley: University of California Press, 1976), 19; e Derrida, *Of Grammatology* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1976), 158. Essas passagens foram-me trazidas à atenção por Richard Shusterman, em “Dewey on Experience: Foundation or Reconstruction?” In: *Dewey Reconfigured: Essays on Deweyan Pragmatism* (New York: SUNY Press, 1999), 210.

13. Hilary Putnam, *Words and Life*. Editado por James Conant (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1994) 299, 300.

14. Assim, o pragmatismo linguístico compartilha um território com as epistemologias contra as quais Dewey situou-se. “A epistemologia moderna”, escreveu Dewey, “leva à visão de que as realidades devem elas próprias ter uma compleição teórica e intelectual — e não prática.” (MW 4: 127)

15. Consequences of Pragmatism, 80, ênfase minha.

16. “Dewey between Hegel and Darwin” em Rorty and Pragmatism, 7.

17. Consequences of Pragmatism, 82.

18. Objectivity, Relativism, and Truth 41.

19 Ver, por exemplo, Bruce Wilshire “Body-Mind and Subconsciousness” em *Philosophy and the Reconstruction of Culture*, ed. John J. Stuhr (Albany: SUNY Press, 1993), 266; ver também Richard Shusterman “Dewey on Experience: Foundation or Reconstruction?” em *Dewey Reconfigured: Essays On Deweyan Pragmatism*, ed. Casey Haskins e David I. Seiple (New York: SUNY Press, 1999).

20. Do volume 6 de John Dewey: *The Middle Works*, 14 vols. (Carbondale: Southern Illinois U. Press, 1976-88), 108. Referências futuras ao trabalho de Dewey usarão as abreviações MW ou LW. LW refere-se a John Dewey: *The Later Works*, 17 vols. (Carbondale: Southern Illinois U. Press, 1981-91).

21. “Rorty’s Pragmatism: Afloat in Neurath’s Boat, But Why Adrift?” *Comunicações da Charles S. Peirce Society*, vol. XXI, no. 1 (Winter, 1985): 14-15.

22. Manuscrito, página 29. Em breve, como “Introduction” no relançamento de *The Influence of Darwin on Philosophy de John Dewey* (Carbondale: Southern Illinois University Press, 2003).

23. Ralph W. Sleeper, “Rorty’s Pragmatism: Afloat in Neurath’s Boat, But Why Adrift?” *Comunicações da Charles S. Peirce Society*, vol. XXI, no. 1 (Winter, 1985): 17.

24. Sleeper, “What Is Metaphysics?” *Comunicações da Charles S. Peirce Society* 28, no. 2 (Spring 1992): 184.

25. Joseph Margolis, “A Convergence of Pragmatisms” em *Frontiers of American Philosophy*, Vol. 1, ed. por Robert W. Burch e Herman J. Saatkamp, Jr. (College Station: Texas A&M University Press, 1992), 38.